



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.684, DE 2023 **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Dispõe sobre as atividades ou operações de manutenção, demolição, descomissionamento de mina, remoção, transporte de resíduos e destinação final de materiais ou produtos contendo amianto/asbesto e minerais que o contenham como contaminantes em sua composição e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-6615/2016.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023
(Do Sr. NILTO TATTO)

Apresentação: 02/08/2023 10:33:07.650 - MES:
PL n.º 3684/2023

Dispõe sobre as atividades ou operações de manutenção, demolição, descomissionamento de mina, remoção, transporte de resíduos e destinação final de materiais ou produtos contendo amianto/asbesto e minerais que o contenham como contaminantes em sua composição e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina as atividades e operações, incluindo manutenção, demolição, descomissionamento de mina, remoção, transporte de resíduos e destinação final de materiais ou produtos, envolvendo amianto/asbesto e minerais que o contenham como contaminantes em sua composição.

Art 2º É vedada em todo o território nacional a extração, produção, industrialização, utilização, comercialização, importação e exportação do amianto/asbesto do tipo crisotila (amianto branco), actinolita, amosita (asbesto marrom), antofilita, crocidolita (amianto azul) e da tremolita, variedades minerais pertencentes aos grupos das serpentinas e dos anfíbios, bem como dos produtos, materiais ou minerais que os contenham, inclusive acidentalmente, em sua composição, incluindo talco, vermiculita, pedra-sabão, cuja autorização de utilização será precedida de análise mineralógica que comprove a ausência de fibras de amianto/asbesto entre seus componentes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

Art. 3º Os órgãos públicos competentes de saúde, segurança, higiene, medicina do trabalho e meio ambiente desenvolverão programas sistemáticos de fiscalização, monitoramento e controle dos riscos de exposição ao asbesto/amianto em atividades e operações remanescentes de manutenção, demolição, descomissionamento de mina, remoção, transporte de resíduos e destinação final de materiais ou produtos contendo amianto/asbesto, inclusive, dos minerais que o contenham como contaminantes em sua composição.

Art. 4º As empresas que utilizarem amianto/asbesto, ou o manipularem em atividades ou operações remanescentes a que se refere o art. 3º desta lei, enviarão, anualmente, aos sindicatos representativos dos trabalhadores e ao Poder Público, na forma do regulamento, uma listagem dos seus antigos e atuais empregados que a qualquer tempo tenham sido expostos ao amianto/asbesto, com indicação de setor, função, cargo, data de nascimento, de admissão e de avaliação médica periódica, acompanhada do diagnóstico resultante e demais informações por, no mínimo, 40 anos após finda a exposição ao mineral e seus produtos contendo amianto, inclusive acidentalmente, em sua composição.

Parágrafo único. Todos os trabalhadores das empresas que estiveram ou estejam ainda expostos ao amianto serão registrados e acompanhados por serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), devidamente qualificados para esse fim, sem prejuízo das ações de atenção integral à saúde de responsabilidade das empresas.

Art. 5º Nas atividades ou operações de que trata o art. 3º desta lei, devem ser adotadas medidas de proteção coletiva, prioritariamente, e individuais, secundariamente, que impeçam o risco de inalação de poeiras contendo amianto.

§1º Em todos os locais de trabalho onde os trabalhadores forem expostos ao amianto/asbesto remanescente deverão ser observados limites de exposição inferiores a 0,1 f/cc (fibra por centímetro cúbico), que deverá ser atualizado periodicamente pelas autoridades competentes de saúde, trabalho e meio





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

ambiente em consonância com as melhores práticas aplicáveis, procurando-se reduzir a exposição ao nível mais baixo possível.

§2º Será obrigatório em todas as obras ou serviços, em que haja exposição de trabalhadores ou população em geral a fibras de amianto, placa de sinalização onde conste a informação de haver o risco de contaminação por amianto e que somente serão admitidos no local, enquanto perdurarem estas atividades, pessoal devidamente treinado e equipado conforme previsto na presente lei.

Art. 6º O transporte de resíduos contendo amianto/asbesto é considerado de alto risco e, no caso de acidente, a área deverá ser isolada, com todo o material sendo reembalado dentro de normas de segurança, sob a responsabilidade da empresa transportadora.

§ 1º Tanto o transporte como a área deverão estar devidamente sinalizados com o símbolo internacional "a" de amianto/asbesto, contendo indicação dos cuidados para sua devida remoção, incluindo a umidificação da área para não geração de poeira, aspiração quando exequível, uso de equipamentos de proteção individual, vestimentas descartáveis e máscaras com fator de proteção FP-3.

§ 2º O transporte de resíduos contendo amianto/asbesto deverá ser devidamente sinalizado conforme normas nacionais e internacionais, que regulamentam tal atividade.

Art. 7º Os resíduos contendo amianto/asbesto deverão ser dispostos em aterros para lixo industrial perigoso, na forma do regulamento.

Art. 8º Todas as infrações desta Lei serão encaminhadas pelos órgãos fiscalizadores, após a devida comprovação, no prazo máximo de setenta e duas horas, aos Ministérios Públicos competentes, através de comunicação circunstanciada, para as devidas providências.

Parágrafo único. Qualquer pessoa pode denunciar as infrações de que trata este artigo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

Art. 9º Ficam revogadas a Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995, e a Lei nº 9.976, de 3 de julho de 2000.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A exposição ao asbesto ou amianto, inclusive da variedade crisotila, causa graves doenças no ser humano, fato que é reconhecido pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.339/1999¹, bem como é nociva ao meio ambiente.

Causa estranheza, portanto, que o uso dessas substâncias ainda seja permitido pela legislação setorial. Com efeito, o art. 2º da Lei nº 9.055, de 1 de junho de 1995, autoriza a extração, industrialização, comercialização e uso do “asbesto/amianto da variedade crisotila (asbesto branco), do grupo dos minerais das serpentinas, e as demais fibras, naturais e artificiais de qualquer origem”.

Em decorrência disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou, em 23/2/2023, o julgamento do conjunto dos recursos interpostos contra os efeitos da proibição da exploração do amianto crisotila no país. Neste julgamento, o Plenário confirmou a declaração de inconstitucionalidade do art. 2º previsto na Lei 9.055/95, e, por conseguinte, do Decreto regulamentador 2350/97, que permitia a extração, a industrialização, a comercialização e a distribuição do amianto crisotila ou branco, o único ainda permitido em nosso país.

Com efeito, a questão da exploração comercial do amianto foi amplamente discutida nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 3356, 3357, 3937, 3406, 3470 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

¹ Neoplasia maligna da laringe; Neoplasia maligna dos brônquios e do pulmão; Mesotelioma da pleura; Mesotelioma do peritônio; Mesotelioma do pericárdio; Placas epicárdicas ou pericárdicas; Asbestose; Derrame Pleural; e Placas Pleurais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

(ADPF) 109, onde em agosto de 2017, o Plenário do STF julgou constitucional a lei do Estado de São Paulo, que proibia o uso do mineral e declarou, incidentalmente (sem pedido direto nas ações), a inconstitucionalidade do acima mencionado artigo 2º da Lei federal 9.055/1995, que permitia a sua utilização. Decisões semelhantes foram tomadas em relação às leis de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Município de São Paulo. Em novembro do mesmo ano, ao julgar o caso da lei de proibição do amianto do Rio de Janeiro, a Corte deu efeito vinculante e amplo (erga omnes) à decisão sobre a norma federal.

É, pois, no sentido de agir para proteger a vida e a saúde de nossa população e o meio ambiente que vimos apresentar a presente proposição, solicitando de nossos nobres pares desta Casa o seu valioso apoio para, no mais breve prazo possível, transformá-la em Lei.

Por todo o exposto, peço apoio aos nobres pares para a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 2023.

Deputado Nilto Tatto

PT/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.055, DE 1º DE JUNHO DE 1995	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995-06-01:9055
LEI Nº 9.976, DE 3 DE JULHO DE 2000.	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000-07-03:9976

FIM DO DOCUMENTO